

... continuação

Consolidado 2023 2022 Saldo inicial (5.673) (2.954) Adições (7.286) (5.891) Reversões 7.923 3.172 Saldo final (5.036) (5.673)

O aging list do contas a receber de clientes, está composto conforme a seguir: A vencer 99.698 104.235 Vencidos até 30 dias 1.971 3.502

8. Estoques Consolidado 2023 2022 Mercadorias para revenda 29.849 42.824 Produtos acabados 3.579 3.849

Os saldos de produtos acabados, em elaboração, e estoques em poder de terceiros para beneficiários correspondem a produção de facionados (ateliês) de linhas de lingerie e banho, da controladora IMB Têxtil S.A.

Saldo inicial (1.139) (818) Adições - (606) Reversões 113 285 Saldo final (1.026) (1.139)

9. Impostos a recuperar Controladora Consolidado 2023 2022 IPI a recuperar - - ICMS a recuperar - 687

Ativo não circulante Consolidado 2023 2022 Depósito judicial 5.717 5.495

11. Adiantamentos Consolidado 2023 2022 Adiantamentos a fornecedores 2.719 5.307

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos Consolidado 2023 2022 Imposto de renda e contribuição social 40.075 40.980

13. Investimentos - Controladora Consolidado 2023 2022 Uni.co Comércio S.A. - participação societária 33.714 33.208

Movimentação dos saldos Controladora Consolidado 2023 2022 Saldos em 31 de dezembro de 2021 53.621 61.645

Saldos em 31 de dezembro de 2022 Consolidado 2023 2022 Saldo inicial 33.208 36.054

Saldos em 31 de dezembro de 2023 Consolidado 2023 2022 Saldo inicial 33.714 34.873

Saldo em 31 de dezembro de 2022 Consolidado 2023 2022 Saldo inicial 33.208 36.054

Saldo em 31 de dezembro de 2023 Consolidado 2023 2022 Saldo inicial 33.714 34.873

Saldo em 31 de dezembro de 2022 Consolidado 2023 2022 Saldo inicial 33.208 36.054

Saldo em 31 de dezembro de 2023 Consolidado 2023 2022 Saldo inicial 33.714 34.873

Saldo em 31 de dezembro de 2022 Consolidado 2023 2022 Saldo inicial 33.208 36.054

Saldo em 31 de dezembro de 2023 Consolidado 2023 2022 Saldo inicial 33.714 34.873

Saldo em 31 de dezembro de 2022 Consolidado 2023 2022 Saldo inicial 33.208 36.054

Saldo em 31 de dezembro de 2023 Consolidado 2023 2022 Saldo inicial 33.714 34.873

Uni.Co S.A. Consolidado 31 de dezembro de 2022 Participação Capital Social Patrimônio líquido Lucro

Uni.co Hong Kong Limited 100,00% 13.562 (2.603) (1.579) Uni.co Development (Shenzhen) 100,00% 2.409 2.066 710

Equipamentos de processamento de dados 4.583 (3.287) 1.296 4.460 IMB Têxtil S.A. 4.552 (2.093) 2.459 4.552

Equipamentos de processamento de dados 20% 1.813 124 - (641) 1.296 Instalações 10% 2.868 1 - (410) 2.459

Equipamentos de processamento de dados 20% 1.694 822 (37) (666) 1.813 Instalações 10% 3.061 217 - (409) 2.869

Equipamentos de processamento de dados 20% 1.727 560 (317) (652) 1.318 Marcas e patentes - IMB Têxtil S.A. (a2) 7.190 - (593) (941) 5.646

Equipamentos de processamento de dados 20% 2.072 315 - (660) 1.727 Marcas e patentes - Imaginarium (a1) 2.611 - (2.611) - -

Equipamentos de processamento de dados 20% 2.072 315 - (660) 1.727 Marcas e patentes - Imaginarium (a1) 2.611 - (2.611) - -

Equipamentos de processamento de dados 20% 2.072 315 - (660) 1.727 Marcas e patentes - Imaginarium (a1) 2.611 - (2.611) - -

Equipamentos de processamento de dados 20% 2.072 315 - (660) 1.727 Marcas e patentes - Imaginarium (a1) 2.611 - (2.611) - -

Equipamentos de processamento de dados 20% 2.072 315 - (660) 1.727 Marcas e patentes - Imaginarium (a1) 2.611 - (2.611) - -

Equipamentos de processamento de dados 20% 2.072 315 - (660) 1.727 Marcas e patentes - Imaginarium (a1) 2.611 - (2.611) - -

Equipamentos de processamento de dados 20% 2.072 315 - (660) 1.727 Marcas e patentes - Imaginarium (a1) 2.611 - (2.611) - -

Equipamentos de processamento de dados 20% 2.072 315 - (660) 1.727 Marcas e patentes - Imaginarium (a1) 2.611 - (2.611) - -

Equipamentos de processamento de dados 20% 2.072 315 - (660) 1.727 Marcas e patentes - Imaginarium (a1) 2.611 - (2.611) - -

Equipamentos de processamento de dados 20% 2.072 315 - (660) 1.727 Marcas e patentes - Imaginarium (a1) 2.611 - (2.611) - -

Equipamentos de processamento de dados 20% 2.072 315 - (660) 1.727 Marcas e patentes - Imaginarium (a1) 2.611 - (2.611) - -

Equipamentos de processamento de dados 20% 2.072 315 - (660) 1.727 Marcas e patentes - Imaginarium (a1) 2.611 - (2.611) - -

Equipamentos de processamento de dados 20% 2.072 315 - (660) 1.727 Marcas e patentes - Imaginarium (a1) 2.611 - (2.611) - -

Equipamentos de processamento de dados 20% 2.072 315 - (660) 1.727 Marcas e patentes - Imaginarium (a1) 2.611 - (2.611) - -

Equipamentos de processamento de dados 20% 2.072 315 - (660) 1.727 Marcas e patentes - Imaginarium (a1) 2.611 - (2.611) - -

Equipamentos de processamento de dados 20% 2.072 315 - (660) 1.727 Marcas e patentes - Imaginarium (a1) 2.611 - (2.611) - -

e. Estimativa de realização do passivo de arrendamento Consolidado Passivo de arrendamento Juros Valor presente do passivo

2024 4.755 (1.309) 3.446 2025 3.896 (1.078) 2.818 2026 3.600 (876) 2.724

2027 em diante 11.100 (1.250) 9.850 Saldo em 31 de dezembro de 2023 23.151 (4.513) 18.638

Os empréstimos de CCB do Banco do Brasil e Banco Itaú estão garantidos por recebíveis, conforme nota explicativa 6. CCB (Cédula de crédito bancário) O Grupo Uni.co possui contratos de empréstimos e financiamentos firmados com instituições financeiras em que a acionista controladora Americanas S.A.

Saldo inicial 111.540 113.055 (+) Captações - 67.507 (+/-) Variação cambial s/ empréstimos - (288)

Saldo inicial 5.576 10.156 Fornecedores nacionais 7.649 8.244 Fornecedores estrangeiros (US\$) 13.225 18.400

Salários a pagar 5.576 4.406 Férias e rescisões 3.252 3.204 INSS a recolher 2.901 3.497

ISS a recolher 6.221 6.392 ICMS a recolher 4.645 3.778 PIS/COFINS a recolher 2.751 2.151

IRPJ a recolher 1.219 780 IPI a recolher 9 15 CSRF a recolher 34 27 IRRF a recolher 12 14

IRPJ a recolher 3.184 3.578 CSLL a recolher 1.186 1.320 Outros 4.370 4.898

Resultado antes dos impostos 1.044 (38.264) Alíquota básica 34% 34%

Resultado antes dos impostos 10.677 (21.365) Alíquota básica 34% 34%

Resultado antes dos impostos 10.677 (21.365) Alíquota básica 34% 34%

Resultado antes dos impostos 10.677 (21.365) Alíquota básica 34% 34%

Resultado antes dos impostos 10.677 (21.365) Alíquota básica 34% 34%

Resultado antes dos impostos 10.677 (21.365) Alíquota básica 34% 34%

Resultado antes dos impostos 10.677 (21.365) Alíquota básica 34% 34%

Resultado antes dos impostos 10.677 (21.365) Alíquota básica 34% 34%

Resultado antes dos impostos 10.677 (21.365) Alíquota básica 34% 34%

Resultado antes dos impostos 10.677 (21.365) Alíquota básica 34% 34%

Resultado antes dos impostos 10.677 (21.365) Alíquota básica 34% 34%

Resultado antes dos impostos 10.677 (21.365) Alíquota básica 34% 34%

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



IMB Têxtil S.A.

CNPJ/MF nº 58.500.398/0001-05

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

Table with columns: Ativo, Circulante, Não circulante, Passivo e Patrimônio Líquido, Circulante, Não circulante. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Estoques, etc.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Período findo em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

Table with columns: Saldos em 01 de janeiro de 2022, Saldos em 31 de dezembro de 2022, Saldos em 31 de dezembro de 2023. Rows include Dividendos mínimos obrigatórios, Dividendos adicionais propostos, Resultado líquido do exercício, etc.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional - A IMB Têxtil S.A., fundada em janeiro de 1988, é uma sociedade anônima, localizada na cidade de São Paulo. Em conjunto com as suas controladas, atua no varejo, por meio de franquias da marca Puket, que atua no ramo de vestuário, especialmente underwear e sleep wear, e possui 205 franquias. Controladas: A Companhia é controladora da seguinte empresa: Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. - 100% Empresa responsável pela concessão e gestão das franquias da marca Puket. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras - a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração no dia xx de xxx de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo valor amortizado. c. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. (i) Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas notas explicativas. (ii) Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 3 m (i) - Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) - Ativos Financeiro e 6 - Contas a receber; Mensuração e registro de perda por redução ao valor recuperável, principal premissa na determinação da taxa média ponderada de perda; Nota explicativa 7 - Estoques: Critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques; Nota explicativa 10 - Impostos diferidos: Análise de realização dos impostos diferidos gerados sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa, baseado em perspectiva de lucro tributável futuro. Nota explicativa 16 - Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas: Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. (iii) Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 2 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorrerem as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 4. Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros - 3. Principais políticas contábeis - As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. a. Base de consolidação: Combinação de negócios: Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia e suas controladas. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ação que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Se a contraprestação contingente não é remensurada ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Controladas: A Companhia controla uma entidade quando está exposta a — ou tem direito sobre — retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Participação de acionistas não-controladores: A Companhia e suas controladas elegeram mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia e suas controladas em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. Perda de controle: Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia e suas controladas desreconhecem os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e suas controladas retêm qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial: Os investimentos da Companhia e suas controladas em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e controladas. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia e suas controladas no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra

Demonstrações dos Resultados Período findo em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

Table with columns: Receita operacional líquida, Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos, Lucro bruto, Despesa de vendas, Despesas gerais e administrativas, Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, Resultado operacional antes do resultado financeiro, Despesas financeiras, Receitas financeiras, Resultado financeiro líquido, Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, Imposto de renda e contribuição social correntes, Despesa de renda e contribuição social diferidos, Total do imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício. Rows include Receita operacional líquida, Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos, Lucro bruto, Despesa de vendas, Despesas gerais e administrativas, Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, Resultado operacional antes do resultado financeiro, Despesas financeiras, Receitas financeiras, Resultado financeiro líquido, Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, Imposto de renda e contribuição social correntes, Despesa de renda e contribuição social diferidos, Total do imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício.

Demonstrações de Resultados Abrangentes Período findo em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

Table with columns: Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, Ajustes acumulados de conversão, Resultado abrangente do exercício. Rows include Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, Ajustes acumulados de conversão, Resultado abrangente do exercício.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método indireto Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

Table with columns: Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, Fluxo de caixa gerado pelas (utilizadas nas) atividades operacionais, Fluxo de caixa gerado pelas (utilizadas nas) atividades de investimento, Fluxo de caixa gerado pelas (utilizadas nas) atividades de financiamento, Fluxo de caixa gerado pelas (usados nas) atividades de financiamento, Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa, Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício, Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício, Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, Fluxo de caixa gerado pelas (utilizadas nas) atividades operacionais, Fluxo de caixa gerado pelas (utilizadas nas) atividades de investimento, Fluxo de caixa gerado pelas (utilizadas nas) atividades de financiamento, Fluxo de caixa gerado pelas (usados nas) atividades de financiamento, Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa, Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício, Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício, Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa.

Demonstrações do Valor Adicionado Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

Table with columns: Receitas, Vendas de mercadorias, produtos e serviços, Outras receitas, Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição), Custos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI), Insumos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos, Materiais, energia, serviços de terceiros e outros, Perda e recuperação de valores ativos, Valor adicionado bruto, Depreciação e amortização, Valor adicionado líquido gerado, Valor adicionado recebido em transferência, Resultado de equivalência patrimonial, Receitas financeiras, Valor adicionado total a distribuir, Distribuição do valor adicionado, Empregados, Remuneração direta, Benefícios, FGTS, Valor distribuído - Empregados, Tributos, Federais, Estaduais, Municipais, Valor distribuído - Tributos, Remuneração de capitais de terceiros, Juros, Aluguéis, Royalties, Valor distribuído - Remuneração de capitais de terceiros, Remuneração de capitais próprios, Lucro líquido do exercício, Valor distribuído - Remuneração de capitais próprios, Distribuição do valor adicionado. Rows include Receitas, Vendas de mercadorias, produtos e serviços, Outras receitas, Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição), Custos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI), Insumos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos, Materiais, energia, serviços de terceiros e outros, Perda e recuperação de valores ativos, Valor adicionado bruto, Depreciação e amortização, Valor adicionado líquido gerado, Valor adicionado recebido em transferência, Resultado de equivalência patrimonial, Receitas financeiras, Valor adicionado total a distribuir, Distribuição do valor adicionado, Empregados, Remuneração direta, Benefícios, FGTS, Valor distribuído - Empregados, Tributos, Federais, Estaduais, Municipais, Valor distribuído - Tributos, Remuneração de capitais de terceiros, Juros, Aluguéis, Royalties, Valor distribuído - Remuneração de capitais de terceiros, Remuneração de capitais próprios, Lucro líquido do exercício, Valor distribuído - Remuneração de capitais próprios, Distribuição do valor adicionado.

valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil existente e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iv) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. e. Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor do realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Financial statements for IMB Têxtil S.A. including balance sheet, income statement, and cash flow statement for 2023 and 2022.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da IMB Têxtil S.A. ("Companhia")...

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

Transportes Imediato S.A.

reduzidos pelos pagamentos do arrendamento efetuados. Os ativos de direito de uso são amortizados pelo método linear pelo prazo remanescente do arrendamento ou pela vida econômica remanescente do ativo se, raramente, for considerado inferior ao prazo do arrendamento. 31/12/2023 (Valores expressos em milhares de Reais) Quando a Companhia revisa sua estimativa do prazo de qualquer arrendamento (porque, por exemplo, ele reavalia a probabilidade de uma extensão do arrendatário ou opção de rescisão ser exercida), ele ajusta o valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a fazer ao longo do prazo revisado, que são descontados usando uma taxa de desconto revisada. O valor contábil dos passivos do arrendamento é revisado de forma semelhante quando o elemento variável dos pagamentos futuros do arrendamento dependente de uma taxa ou índice é revisado, exceto se a taxa de desconto permanecer inalterada. Em ambos os casos, um ajuste equivalente é feito ao valor contábil do ativo com direito de uso, com o valor contábil revisado sendo amortizado pelo prazo remanescente (revisado) do arrendamento. Se o valor contábil do ativo com direito de uso for ajustado para zero, qualquer redução adicional é reconhecida no resultado. Quando a Companhia renegocia os termos contratuais de um arrendamento com o arrendador, a contabilização depende da natureza da modificação: • Se a renegociação resultar em um ou mais ativos adicionais sendo alugados por um valor compatível com o preço individual pelos direitos de uso adicionais obtidos, a modificação é contabilizada como um arrendamento separado de acordo com a política acima; • Em todos os outros casos em que a renegociação aumenta o escopo do arrendamento (seja uma extensão do prazo do arrendamento, ou um ou mais ativos adicionais sendo arrendados), o passivo do arrendamento é reavaliado usando a taxa de desconto aplicável na data da modificação, com o ativo de direito de uso sendo ajustado pelo mesmo valor; • Se a renegociação resultar em uma redução no escopo do arrendamento, tanto o valor contábil do passivo do arrendamento quanto do ativo de direito de uso, são reduzidos na mesma proporção para refletir a rescisão parcial ou total do arrendamento com qualquer diferença reconhecida no lucro ou prejuízo. O passivo do arrendamento é então ajustado para garantir que seu valor contábil refita o valor dos pagamentos renegociados ao longo do prazo renegociado, com os pagamentos do arrendamento modificados descontados pela taxa aplicável na data da modificação. O ativo de direito de uso é ajustado pelo mesmo valor. Para contratos que transmitem o direito para a Companhia de usar um ativo identificado e requerer serviços a serem prestados para a Companhia pelo arrendador, a Companhia optou por contabilizar todo o contrato como um arrendamento, ou seja, não aloca qualquer valor de pagamentos contratuais, contabilizando separadamente quaisquer serviços prestados pelo fornecedor como parte do contrato. Em 31/12/2023 a Companhia utilizou as taxas médias de 13,30% (13,75% em 31/12/2022) para cálculo do ajuste a valor presente. 3.10. Fornecedores e outras contas a pagar: As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 3.11. Provisões para demandas judiciais: Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. 3.12. Benefícios a funcionários: Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. 31/12/2023 (Valores expressos em milhares de Reais) 3.13. IRPJ e CSLL: O encargo de IRPJ e CSLL corrente e diferido é calculado com base no princípio de competência tendo em conta as leis tributárias promulgadas, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real, nas datas das demonstrações financeiras. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisão, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os tributos de renda corrente e diferidos. Os tributos corrente e diferido são reconhecidos no resultado, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas decretadas ou substantivamente decretadas nas datas das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: (i) diferenças relacionadas a investimentos em entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O IRPJ e CSLL correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido nas datas das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. 31/12/2023 (Valores expressos em milhares de Reais) Os impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL de exercícios anteriores é limitado a 30% e são reconhecidos contabilmente, com base na extensão em que é provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições/exclusões das diferenças temporárias, momento em que estas se tornarão dedutíveis/tributáveis na apuração do lucro tributável, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia. Ativos de IRPJ e CSLL diferido são revisados nas datas das demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável 3.14. Reconhecimento da receita: A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita conforme CPC 47, que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A Companhia adere receitas conforme abaixo: a) Receita de fretes: A receita de fretes é decorrente do transporte de mercadorias interurbano e é reconhecida no momento da realização do efetivo transporte, com base nos valores acordados em contratos entre as partes; b) Receita de serviços: A receita de prestação de serviços é decorrente do transporte de mercadorias dentro do mesmo município e é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão destes

serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. 31/12/2023 (Valores expressos em milhares de Reais) 3.15. Receitas financeiras e despesas financeiras (resultado financeiro) : As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método da taxa efetiva de juros. 4. Caixa e equivalentes de caixa: 2023 2022 Caixa 467 281 Contas correntes 1.067 979 Aplicações financeiras 8.928 17.659 10.462 18.919 O saldo de "Caixa e equivalentes de caixa" representam valores com vencimento inferiores a 90 dias, disponíveis para utilização a qualquer tempo, sem vínculos de impedimento. Em "Aplicações financeiras" são registrados Certificados de Depósitos Bancários, remunerados com base em percentual (média de 100%) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), bem como aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições de primeira linha, com rendimentos e liquidez diários. Tais aplicações são realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha visando manter o poder aquisitivo da moeda corrente (Real) e gerar rendimentos seguros para a manutenção das operações da Companhia, podendo ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos. 5. Contas a receber: 2023 2022 Clientes nacionais 229.631 167.605 Clientes a faturar 31.156 21.649 260.787 189.254 As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia. Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer do saldo de clientes nacionais: 2023 2022 A vencer 239.043 180.469 Vencidos até 30 dias 18.031 4.737 Vencidos de 31 a 90 dias 1.016 2.043 Vencidos há mais de 91 dias 2.697 2.005 260.787 189.254 A provisão para perda de crédito esperada é constituída em montante considerado suficiente pela Administração face às eventuais perdas. As despesas com constituição da provisão para perda de crédito esperada, são registradas na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber, os valores são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título. Em 31/12/2023 a Administração realizou a avaliação para provisão para perdas de crédito esperada e entende que não há provisão a ser constituída sobre o saldo de contas a receber. A exposição máxima ao risco de crédito na data do encerramento do período é o valor contábil do contas a receber mencionado acima. 6. Tributos a recuperar: 2023 2022 ICMS sobre ativo imobilizado 39.548 28.196 PIS e COFINS 2.173 6.058 IRRF sobre aplicações financeiras 1.701 1.574 IRPJ a recuperar 1.789 473 CSLL a recuperar 1.470 617 INSS a recuperar 77 77 PERDCOMP a compensar 75 76 46.833 37.071 Circulante 19.978 19.948 Não circulante 27.255 17.123 7. Partes relacionadas: Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros e Diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13/09/2023 está demonstrada a seguir: 2023 2022 Honorários da diretoria 1.920 1.440 1.920 1.440 Ativo: Contas a receber (nota 5) 200.635 159.191 200.635 159.191 Passivo: Fornecedores (nota 10) 453 360 Arrendamentos a pagar (Nota 8) 58.352 28.312 Dividendos e JCP a pagar (Nota 15) 58.585 28.672 Resultado 2023 2022 Receita bruta (Nota 16) (i) 824.717 609.480 Receita de subarrendamento (Nota 17) (ii) 537 - Juros sobre passivo de arrendamento (Nota 17) (264) - Amortizações do direito de uso (Nota 18) (487) - 824.503 609.480 (i) As operações com partes relacionadas referem-se a contratos de prestação de serviços de logística com o Grupo Ambev, os quais são efetuados a preços e condições específicos negociados contratualmente. Além disso a Companhia possuía contrato de aluguel da antiga sede junto a Imediato Empreendimentos Imobiliários Ltda. (ii) Sublocação de um espaço/sala no imóvel localizado na Avenida Presidente Castelo Branco, no 2525. 8. IRPJ e CSLL correntes e diferidos: O IRPJ e CSLL que afetaram o resultado do período de 31/12/2023 e 2022, são demonstrados como segue: 2023 2022 Resultado do exercício antes dos impostos 117.607 63.023 Alíquota fiscal combinada 34% 34% IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal (39.986) (21.428) Ajustes no cálculo pela alíquota efetiva Diferenças permanentes 2.076 - Juros sobre capital próprio 8.125 - Incentivos fiscais - Subvenção 3.153 (1.149) Outros (32.938) (22.577) Impostos correntes (4.960) (1.887) Impostos diferidos (27.978) (20.690) Alíquota efetiva 28% 36% Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma: 2023 2022 Prejuízo fiscal e base negativa 1.089 24.129 Provisão para participação nos lucros 3.795 2.622 Provisão para demandas judiciais 25.913 26.751 Passivo Depreciação fiscal vs. societária (57.179) (31.295) Provisão de receita a faturar (9.613) (6.573) exclusão de ICMS (66.792) (39.652) Tributos diferidos líquidos (40.879) (12.901) A Companhia mantém o saldo de R\$ 21.029 (R\$ 24.129 em 31/12/2022) de IRPJ e CSLL sobre os prejuízos fiscais e base negativa. A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados em até cinco exercícios. 9. Direito de uso e arrendamentos a pagar: A movimentação do direito de uso e dos arrendamentos a pagar durante o exercício foi a seguinte: 2023 2022 Salários a pagar 13.695 10.557 Provisões para férias e encargos 24.574 19.474 INSS 7.313 5.287 FGTS 4.386 3.516 Participação nos lucros 3.203 - Outros 3.404 1.067 56.575 39.901 São reconhecidos em conformidade com a prestação de serviços de seus funcionários e os encargos são calculados em conformidade com a legislação vigente. 14. Provisão para demandas judiciais: A Companhia possui processos judiciais de natureza trabalhista decorrente do curso normal de suas atividades. A Administração, baseada no opinião de seus advogados e outras evidências, constituiu provisão para aqueles processos, cujo desfecho é estimado como desfavorável à Companhia e cujo montante possa ser estimado com razoável segurança. Nas datas das demonstrações financeiras, a

Table with columns: Veículos, Imóveis, Máquinas, Saldo de compromissos de arrendamentos, Ajuste a valor presente do arrendamento, Passivo de arrendamento mercantil. Includes sub-sections for Depreciação acumulada, Movimentação do ativo imobilizado, Custos, and Encargos financeiros incidentes.

Table with columns: Saldo de compromissos de arrendamentos, Ajuste a valor presente do arrendamento, Passivo de arrendamento mercantil. Includes sub-sections for Depreciação acumulada, Encargos financeiros incidentes, and Provisão para demandas judiciais.

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

continuação

Transportes Imediato S.A.

razão da composição entre os acionistas quanto aos números e parâmetros utilizados no cálculo da conversão das ações preferenciais em ações ordinárias, na forma prevista no acordo de acionistas vigente, restou aprovada, por acionistas titulares da totalidade do capital social votante da Companhia, a conversão de 39 ações preferenciais classe "A" em 2.087.317 ações ordinárias de emissão da Companhia, todas idênticas às existentes, as quais ora emitidas todas em favor da atual titular das ações preferenciais ora convertidas e canceladas, sendo que tais ações ordinárias fruto da conversão aqui aprovada representam 3,9% da totalidade das ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas do capital social após a conversão, em estrita observância ao parâmetro acordado entre os acionistas. Em 31/12/2023, o capital social totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 47.609.536 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 411 ações preferenciais, sem valor nominal (45.523.219 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 450 ações preferenciais em 31/12/2022), na seguinte proporção:

	2023		2022	
	Participação%	Ações ordinárias preferenciais	Participação%	Ações ordinárias preferenciais
Roberto Zampini	1,27	610.217	-	583
Roberto Zampini Junior	20,77	9.886.558	-	9.453
Eduardo Negrão Zampini	20,77	9.886.558	-	9.453
Humberto Fernando Negrão Zampini	20,77	9.886.558	-	9.453
Laura Negrão Zampini	10,76	5.123.087	-	4.899
Flávia Zampini Fregonezi	10,76	5.123.087	-	4.899
Nexway Logística Ltda.	14,90	7.093.471	411	6.784
	100	47.609.536	100	45.523.219

Acções preferenciais: As ações "Classe A" preferenciais da Companhia terão direito a voto irrestrito e farão jus, cada uma, à prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em relação a quaisquer outras classes de ações preferenciais que venham a ser emitidas pela Companhia. **Reserva legal:** A reserva legal é constituída mediante a aplicação de 5% do lucro líquido ajustado do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, limitado a 20% do capital social. **Reserva de incentivos fiscais:** A constituição de reserva de subvenção para investimento escriturada em conta de reservas de lucros de incentivo fiscal foi realizada para cumprir as exigências da Lei Federal 12.973/2014, art. 30, que dispõe que as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. Tal reserva poderá ser somente utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos desde que já totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucro, com exceção da Reserva Legal, conforme preceitua o art. 30 da Lei nº 12.973 de 13/05/2014. As subvenções não poderão ser distribuídas aos acionistas por meio de dividendos ou para restituição de capital. No exercício de 2023 a Companhia utilizou R\$ 23.897 referente a incentivos fiscais, para os quais foi constituída reserva de incentivos fiscais referentes ao exercício de 2023 e anteriores com a destinação do lucro líquido apurado no exercício findo em 31/12/2023. **Distribuição de lucros:** Conforme definido no Estatuto Social da Companhia, aprovado em 30/06/2022, exceto se de outra forma aprovado por unanimidade dos acionistas da Companhia, a Companhia distribuirá aos seus acionistas dividendos equivalentes a 70% do lucro líquido apurado a cada exercício social, ajustado na forma da Lei. No exercício findo em 31/12/2023 foram destinados lucros totais de R\$ 59.269, sendo R\$ 53.162 referente a dividendos e R\$ 6.107 referente a juros sobre capital próprio - JCP (R\$ 28.312 destinados em 31/12/2022). **16. Receita líquida:** As receitas da Companhia são constituídas da prestação de serviços logísticos integrados de transporte, armazenagem, controle e gestão de estoque e desenvolvimento de soluções logísticas em setores tais como bebidas e alimentícias. A receita de prestação de serviços de transportes, bem como a receita de serviços logísticos é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

	2023	2022
Receitas de fretes	883.926	687.180
Receitas de aluguel	-	104
Receitas de serviços	430.240	261.787
Receita bruta	1.314.166	949.071
Impostos sobre vendas	(238.529)	(174.645)
Receita líquida	1.075.637	774.426
17. Despesas por natureza:	2023	2022
Gastos com mão de obra	(441.411)	(340.454)
Prestação de serviços terceiros (i)	(145.039)	(98.465)
Combustíveis e lubrificantes	(91.445)	(105.739)
Manutenção de veículos e carrocerias	(77.497)	(48.296)
Depreciação e amortização	(34.360)	(19.718)
Pneus	(19.015)	(15.968)
Amortização do direito de uso de arrendamentos	(36.393)	(10.883)
Baixas de créditos CIAP	(7.557)	(4.021)
Gastos com processos judiciais	(6.671)	(4.655)
Provisão para demandas judiciais	(3.450)	(1.438)
Pedágio	(6.446)	(5.633)
Despesas com despachantes /IPVA	(8.440)	(3.978)
Despesas com viagem	(4.291)	(2.698)
Oficina e lavador	(2.819)	(2.353)
Sinistros	(3.312)	(2.348)
Gastos com comunicação	(1.629)	(1.314)
Material de higiene e escritório	(1.010)	(776)
Seguro	(708)	(840)
Energia elétrica	(838)	(716)
Ganho na venda de ativo imobilizado	15.349	8.530
Outras receitas (despesas)	(9.681)	(10.603)
	(886.663)	(672.366)
Custo dos serviços prestados	(838.914)	(640.889)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Aos Conselheiros e Acionistas da Transportes Imediato S.A. Ribeirão Preto - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Transportes Imediato S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades**

da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta

de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. **Risco de oscilação dos preços de insumos:** Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e ainda evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **Risco de estrutura de capital:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

	2023	2022
Despesas gerais e administrativas	(78.495)	(47.856)
Outras receitas (despesas) operacionais	30.746	16.379
Total	(886.663)	(672.366)
(i) Refere-se principalmente à subcontratação de fretes.		
18. Receitas e despesas financeiras:	2023	2022
Receita financeira	1.142	1.016
Juros ativos e atualização monetária	2	-
Juros ativos sobre subarrendamento	2.857	684
Receita de aplicação financeira	2.842	1.915
Descontos obtidos	6.843	3.615
Despesa financeira	(12)	(383)
Descontos concedidos	(72.675)	(33.991)
Juros passivos	(5.034)	(6.128)
Juros passivos arrendamento	(475)	(1.945)
Despesas bancárias	(14)	(205)
Taxas de consórcio	(78.210)	(42.652)
	(71.367)	(39.037)

19. Instrumentos financeiros: Gerenciamento de risco financeiro: Visão geral: Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; • Risco de estrutura de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **Estrutura de gerenciamento de risco:** Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito a procedimentos e controles estabelecidos pela Administração. Os recebíveis de clientes e ativos de contrato em aberto são monitorados regularmente e não há histórico de perdas relevantes. Em 31/12/2023 e 2022, o saldo de contas a receber estava concentrado em três clientes (Ambev S.A., Raizen S.A. e Mercado Livre S.A.), que somados eram responsáveis pelo pagamento de aproximadamente 92% (2022 - 77%) do saldo em aberto. Apesar da concentração, a Companhia entende que não há risco de crédito sobre o saldo, por se tratar de clientes já consolidados no mercado. De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. **Garantias:** A Companhia é parte em prestar ou obter garantias e/ou avais a operações financeiras contratadas pela própria Companhia ou outras entidades. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. A Companhia mantém constantes esforços para o alongamento do seu endividamento e na obtenção de recursos de longo prazo para realização dos investimentos necessários para a ampliação da oferta de prestação de serviço. **Risco de mercado:** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas

de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. **Risco de oscilação dos preços de insumos:** Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e ainda evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **Risco de estrutura de capital:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	521.940	397.544
(i) Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(10.462)	(18.919)
Dívida financeira líquida	511.478	378.625
Valor justo dos instrumentos financeiros: As tabelas abaixo demonstram as principais ativos e passivos financeiros da Companhia, e a		

Aplicações financeiras - CDI	2023		2022	
	1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais que 5 anos
Taxa sujeita à variação	11,65%	14,56%	17,48%	8,74%
Receita financeira projetada	1.040	1.300	1.560	780
Variação - R\$	260	520	(260)	(520)
Empréstimos e financiamentos - CDI	(65.769)	(65.769)	(65.769)	(65.769)
Taxa sujeita à variação	11,65%	14,56%	17,48%	8,74%
Despesa financeira projetada	(7.662)	(9.578)	(11.493)	(5.747)
Variação - R\$	(1.916)	(3.811)	1.916	3.811
Empréstimos e financiamentos - SELIC	(132.476)	(132.476)	(132.476)	(132.476)
Taxa sujeita à variação	11,75%	14,69%	17,63%	8,81%
Despesa financeira projetada	(15.566)	(19.457)	(23.349)	(11.674)
Variação - R\$	(3.891)	(7.783)	3.891	7.783
Empréstimos e financiamentos - TLP	(144.416)	(144.416)	(144.416)	(144.416)
Taxa sujeita à variação	7,05%	8,81%	5,29%	3,53%
Despesa financeira projetada	(10.181)	(12.727)	(15.272)	(7.636)
Variação - R\$	(2.545)	(5.091)	2.545	5.091

Riscos de liquidez: A seguir são apresentadas as maturidades de passivos financeiros da Companhia em 31/12/2023 e 2022.

Classificação	2023		2022	
	Valor Contábil	Mais que 5 anos	Valor Contábil	Mais que 5 anos
Danos materiais/corporais	7.900	7.900	7.900	7.900
Prédios e benfeitorias	195.793	195.793	203.693	203.693
Risco de colaboradores	-	-	-	-
Responsabilidade civil de administradores	-	-	-	-
Total	203.693	203.693	211.593	211.593

(i) Frota: A Companhia contrata seguro para frota conforme exigências contratuais e para cobertura de danos a terceiros, entretanto na sua maior parte faz a auto-gestão de risco de sinistros de sua frota, tendo em vista o custo versus benefício do prêmio. **21. Compromissos:** A Companhia possui contratos de prestação de serviços de logística, com prazos que variam entre 5 e 10 anos, cuja estimativa de recebíveis contratuais são apresentados abaixo, calculados em 31/12/2023:

Exercícios	Tipo de serviço prestado	Estimativa receita anual
2024	Prestação de Serviços de Transportes de Cargas	1.439.600
2025	Prestação de Serviços de Transportes de Cargas	1.356.885
2026	Prestação de Serviços de Transportes de Cargas	1.404.376
2027	Prestação de Serviços de Transportes de Cargas	1.453.529
2028	Prestação de Serviços de Transportes de Cargas	1.504.403
2029	Prestação de Serviços de Transportes de Cargas	1.557.057
		8.715.850

comparação da classificação em custo amortizado e a comparação com os respectivos montantes estimados de valor justo.

	2023		2022	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	10.462	10.462	18.919	18.919
Contas a receber	260.787	260.787	189.254	189.254
Adiantamento a fornecedores e diversos	4.134	4.134	2.089	2.089
Despesas antecipadas	84	84	62	62
Depósitos judiciais	5.115	5.115	5.274	5.274
Passivos financeiros				
Fornecedores	(37.323)	(37.323)	(44.247)	(44.247)
Empréstimos e financiamentos	(521.940)	(521.940)	(397.544)	(397.544)
Arrendamento a pagar	(212.922)	(212.922)	(71.313)	(71.313)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(2)	-	(178)
Dividendos e JCP a pagar	(58.352)	(58.352)	(28.312)	(28.312)
Adiantamento de clientes	(458)	(458)	(292)	(292)
Outros passivos	(9.011)	(9.011)	(11.343)	(11.343)

Análise de sensibilidade: As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31/12/2023 estão atreladas à variação do CDI, SELIC e TLP. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações nas taxas em relação à data base de 31/12/2023, considerando o risco de queda das taxas, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses e a partir deste, simulamos variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções do indexador.

Cenário Provável	Apreciação		Depreciação	
	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
8,928	8,928	8,928	8,928	
11,65%	14,56%	17,48%	8,74%	
1,040	1,300	1,560	780	
260	520	260	520	
(65.769)	(65.769)	(65.769)	(65.769)	
11,65%	14,56%	17,48%	8,74%	
(7.662)	(9.578)	(11.493)	(5.747)	
(1.916)	(3.811)	1.916	3.811	
(132.476)	(132.476)	(132.476)	(132.476)	
11,75%	14,69%	17,63%	8,81%	
(15.566)	(19.457)	(23.349)	(11.674)	
(3.891)	(7.783)	3.891	7.783	
(144.416)	(144.416)	(144.416)	(144.416)	
7,05%	8,81%	5,29%	3,53%	
(10.181)	(12.727)	(15.272)	(7.636)	
(2.545)	(5.091)	2.545	5.091	

DIRETORIA
 Roberto Zampini Júnior - Diretor Presidente
 Humberto Fernando Negrão Zampini - Diretor Operacional
CONTADORA
 Erica Luzia Ferreira Barbosa Mini - CRC: 1SP 0205052/0-9

ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes
 CRC SP-044415/F

Eric Horta Piantino
 Contador
 CRC MG-107829/O



Comexport Companhia de Comércio Exterior

CNPJ: 43.633.296/0001-90 - NIRE: 35.300.019.270
 Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de Março de 2024.

1. **Data, Hora e Local:** No dia 01 de março de 2024, às 11:00 horas, na sede social da Comexport Companhia de Comércio Exterior ("Companhia"), no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 10.989, 12º andar, cj. 122, Vila Olímpia, CEP 04578-900. **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, face à presença dos acionistas ("Acionistas") representando a totalidade 100% do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Alan Goldlust; e Secretário: Sr. Sérgio Vladimírski Jr. **4. Ordem do Dia:** Os assuntos considerados para a ordem do dia da Assembleia foram: (i) Constituir nova filial na cidade do Rio de Janeiro; (ii) Alterar e atualizar o endereço da filial na cidade de Paraná; (iii) Alterar a redação do artigo 3º do estatuto social; e (iv) Alteração e consolidação do estatuto social. **5. Deliberações:** Após exame e discussão, os acionistas adotaram as seguintes deliberações, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições: **5.1. Constituição de Nova Filial na Cidade do Rio de Janeiro:** Os Acionistas aprovaram a abertura da nova filial localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro na Rua Rodrigo Silva, nº 18, pavimento 5, Centro, CEP 20.011-040. II. A nova filial do Rio de Janeiro possuirá os seguintes CNAEs: 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.23-1-09; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 45.11-1-04; 46.65-6-00; 46.52-4-00; 52.50-8-04; 52.11-7-99; 46.35-4-99; 46.84-2-99; 45.20-0-01; 74.90-1-04; 52.50-8-01; e 46.51-6-01. **5.2. Alteração e Atualização do Endereço da Filial na Cidade de Paraná:** Os Acionistas aprovaram a alteração e atualização do endereço da filial localizada na cidade de Paraná, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 43.633.296/0005-14 e registro no NIRE 41.900.771.767. Esta alteração decorre de uma atualização realizada pela prefeitura de Paraná, que resultou na mudança do número do endereço. Dessa forma, ficando o endereço DE Rua Manoel Correa, nº 1, 2da sobrela, sala 04, Tuiuti, CEP 83.203-030, PARA Rua Manoel Correa, nº 1471, sobrela, sala 04, Tuiuti, CEP 83.203-410. IV. Em virtude das deliberações constantes nos itens 5.1 e 5.2, o parágrafo segundo do artigo 2º do estatuto social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: "**Parágrafo Segundo** – A Sociedade possui filiais nas seguintes localidades: (I) na Cidade de Paraná, Estado do Paraná, Rua Manoel Correa, nº 1471, sobrela, sala 04, Tuiuti, CEP 83.203-410, inscrito no CNPJ sob nº 43.633.296/0005-14 e registro no NIRE 41.900.771.767; (II) na Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Avenida João Bauer, nº 498, sala 805, Centro, CEP 89251-000, inscrito no CNPJ sob nº 43.633.296/0008-67 e registro no NIRE 42.900.671.160; (III) na Cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo, na Rodovia Governador Márcio Covas, Km 282, nº 3.101, área 04, Padre Mathias, CEP 29.157-100, inscrito no CNPJ sob nº 43.633.296/0009-48 e registro no NIRE 32.900.405.259; e (IV) na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo Silva, nº 18, pavimento 5, Centro, CEP 20.011-040. **5.3. Alteração da Redação do Artigo 3º do Estatuto Social:** V. Os Acionistas aprovaram a inclusão para a filial de Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 43.633.296/0005-14 e registro no NIRE 41.900.771.767 o seguinte CNAE: "74.90-1-04 – Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários". VI. Em razão da deliberação acima, o artigo 3º do estatuto social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 3º** – A Sociedade terá por objetivo social a realização, por conta própria ou de terceiros, das seguintes atividades: (a) atividades de comércio de importação e exportação de qualquer tipo de mercadoria ou produto (CNAE 46.93-1-00); inclusive de comércio atacadista de bebidas com atividades de fracionamento e acondicionamento associada (CNAE 46.35-4-03); comércio atacadista de alimentos para animais (CNAE 46.23-1-09); comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança (CNAE 46.42-7-01); comércio atacadista de calçados (CNAE 46.43-5-01); comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria (CNAE 46.46-0-01); comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4-00); comércio atacadista de embalagens (CNAE 46.86-9-02); comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações (CNAE 46.47-8-02); comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças (CNAE 46.62-1-00); comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados; (CNAE 45.11-1-03); comércio por atacado de caminhões novos e usados (CNAE 45.11-1-04); comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores (CNAE 46.91-5-00); comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças (CNAE 46.85-6-00); comércio atacadista de tecidos (CNAE 46.41-9-01); comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano (CNAE 46.44-3-01); comércio atacadista de produtos de higiene pessoal (CNAE 46.46-0-02); comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria (CNAE 46.49-4-04); comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente (CNAE 46.49-4-99); comércio atacadista de materiais de construção em geral (CNAE 46.79-6-99); comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção (CNAE 46.85-1-00); comércio atacadista de fios e fibras beneficiados (CNAE 46.89-3-02); comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios (CNAE 46.91-5-00); comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças (CNAE 46.69-9-99); comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças (CNAE 46.65-6-00); comércio atacadista de papelaria (CNAE 46.47-8-01); comércio atacadista de computadores (CNAE 46.51-6-01); comércio atacadista de saneante desinfetante (CNAE 46.49-4-08); comércio atacadista de equipamentos médico-cirúrgicos diversos (CNAE 46.84-8-00); estampania e texturização em fios ou tecidos (CNAE 13.40-5-01); alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos e artigos têxteis, inclusive em peças do vestuário (CNAE 13.40-5-02); acabamentos em fios, tecidos e artigos têxteis, inclusive em peças do vestuário (CNAE 13.40-5-99); (b) representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado (CNAE 46.19-2-00); (c) Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica (CNAE 70.20-4-00); Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (CNAE 74.90-1-04); (d) Organização logística de transporte de carga (CNAE 52.50-8-04); Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7-99); Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente (CNAE 46.35-4-99); Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários (CNAE 46.93-1-00); Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças (CNAE 46.62-1-00); Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças (CNAE 46.69-9-99); comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação (CNAE 46.52-4-00); comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente (CNAE 46.84-2-99); serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores (CNAE 45.20-0-01); comissão de despachos (CNAE 52.50-8-01); e comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (CNAE 46.45-1-01). **Parágrafo Primeiro** – A Sociedade poderá deter participação acionária em outras sociedades, no Brasil ou exterior, seja como acionista, sócia, quotista ou qualquer outra maneira. **Parágrafo Segundo** – O objeto social da Sociedade é dividido entre a matriz e as filiais da Sociedade da seguinte forma: (i) A matriz poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 13.40-5-01; 13.40-5-02; 13.40-5-99 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; (ii) a filial de Itajaí – SC poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; (iii) a filial de Paraná – PR poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; (iii) a filial de Cariacica – ES poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 52.50-8-04; 52.11-7-99; 46.35-4-99; 46.93-1-00; 46.62-1-00; 46.69-9-99; e (v) a filial do Rio de Janeiro – RJ poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; (iii) a filial de Paraná – PR poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; (iii) a filial de Cariacica – ES poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 52.50-8-04; 52.11-7-99; 46.35-4-99; 46.93-1-00; 46.62-1-00; 46.69-9-99; e (v) a filial do Rio de Janeiro – RJ poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; (iii) a filial de Paraná – PR poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; (iii) a filial de Cariacica – ES poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 52.50-8-04; 52.11-7-99; 46.35-4-99; 46.93-1-00; 46.62-1-00; 46.69-9-99; e (v) a filial do Rio de Janeiro – RJ poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; (iii) a filial de Paraná – PR poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; (iii) a filial de Cariacica – ES poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 52.50-8-04; 52.11-7-99; 46.35-4-99; 46.93-1-00; 46.62-1-00; 46.69-9-99; e (v) a filial do Rio de Janeiro – RJ poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; (iii) a filial de Paraná – PR poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; (iii) a filial de Cariacica – ES poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 52.50-8-04; 52.11-7-99; 46.35-4-99; 46.93-1-00; 46.62-1-00; 46.69-9-99; e (v) a filial do Rio de Janeiro – RJ poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; (iii) a filial de Paraná – PR poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; (iii) a filial de Cariacica – ES poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 52.50-8-04; 52.11-7-99; 46.35-4-99; 46.93-1-00; 46.62-1-00; 46.69-9-99; e (v) a filial do Rio de Janeiro – RJ poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; (iii) a filial de Paraná – PR poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; (iii) a filial de Cariacica – ES poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 52.50-8-04; 52.11-7-99; 46.35-4-99; 46.93-1-00; 46.62-1-00; 46.69-9-99; e (v) a filial do Rio de Janeiro – RJ poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; (iii) a filial de Paraná – PR poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; (iii) a filial de Cariacica – ES poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 52.50-8-04; 52.11-7-99; 46.35-4-99; 46.93-1-00; 46.62-1-00; 46.69-9-99; e (v) a filial do Rio de Janeiro – RJ poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; (iii) a filial de Paraná – PR poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; (iii) a filial de Cariacica – ES poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 52.50-8-04; 52.11-7-99; 46.35-4-99; 46.93-1-00; 46.62-1-00; 46.69-9-99; e (v) a filial do Rio de Janeiro – RJ poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs: 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.6

Bismut Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 29.854.266/0001-83 – NIRE 35.300.534.913

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da Bismut Comercializadora de Energia S.A.
A Bismut Comercializadora de Energia S.A., sociedade anônima, constituída em 18 de abril do ano de 2019, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 05, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 29.854.266/0001-83, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.534.913, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Companhia"), na figura de seu Presidente, o Sr. **Rubens Celso Alves Misorelli Filho**, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("Acionistas"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), a reunirem-se, em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2024, em 1ª (primeira) convocação às 11h00min, a ser realizada de modo presencial, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 05, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("Assembleia"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante; conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no interm da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Bismut Comercializadora de Energia S.A. Rubens Celso Alves Misorelli Filho – Diretor Presidente.** (09, 10 e 11/04/2024)

Ventos Altos Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 40.586.962/0001-99 – NIRE 35.300.568.150

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária
A Ventos Altos Energias Renováveis S.A., sociedade anônima, constituída em 27 de janeiro do ano de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 34, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 40.586.962/0001-99, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.568.150, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Companhia"), na figura de seu Presidente, o Sr. **Rubens Celso Alves Misorelli Filho**, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("Acionistas"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), a reunirem-se, em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2024, em 1ª (primeira) convocação às 12h00min, a ser realizada de modo presencial, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 34, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("Assembleia"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante; conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no interm da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Ventos Altos Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho – Diretor Presidente.** (09, 10 e 11/04/2024)

Cedro Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 48.210.788/0001-97 – NIRE 35.300.602.153

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da Cedro Energias Renováveis S.A.
A Cedro Energias Renováveis S.A., sociedade anônima, constituída em 06 de outubro de 2022, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 32, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 48.210.788/0001-97, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.602.153, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Companhia"), na figura de seu Presidente, o Sr. **Rubens Celso Alves Misorelli Filho**, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("Acionistas"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), a reunirem-se, em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2024, em 1ª (primeira) convocação às 16h00min, a ser realizada de modo presencial, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 32, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("Assembleia"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no interm da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Cedro Energias Renováveis S.A. Rubens Celso Alves Misorelli Filho – Diretor Presidente.** (09, 10 e 11/04/2024)

GET Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 31.557.781/0001-43 – NIRE 35.300.548.183

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da GET Comercializadora de Energia S.A.
A GET Comercializadora de Energia S.A., sociedade anônima, constituída em 22 de agosto de 2018, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 15, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 31.557.781/0001-43, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.548.183, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Companhia"), na figura de seu Presidente, o Sr. **Rubens Celso Alves Misorelli Filho**, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("Acionistas"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), a reunirem-se, em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2024, em 1ª (primeira) convocação às 18h00min, a ser realizada de modo presencial, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 15, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("Assembleia"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no interm da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **GET Comercializadora de Energia S.A. Rubens Celso Alves Misorelli Filho – Diretor Presidente.** (09, 10 e 11/04/2024)

Matrix Energy Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.834.826/0001-84 | NIRE: 35.300.463.111

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da Matrix Energy Participações S.A.
A Matrix Energy Participações S.A., sociedade anônima, constituída em 17 de fevereiro do ano de 2014, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 03, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 19.834.826/0001-84, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.463.111, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Companhia"), na figura de seu Presidente, o Sr. **Rubens Celso Alves Misorelli Filho**, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("Acionistas"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), a reunirem-se, em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2024, em 1ª (primeira) convocação às 09h00min, a ser realizada de modo presencial, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 03, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("Assembleia"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no interm da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 8 de abril de 2024. **Matrix Energy Participações S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho – Diretor Presidente.** (06, 09 e 10/04/2024)

Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

CNPJ/MF nº 17.858.631/0001-49 | NIRE: 35.300.502.221

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A.
A Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A., sociedade anônima, constituída em 26 de março do ano de 2013, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 01, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 17.858.631/0001-49, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.502.221, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Companhia"), na figura de seu Presidente, o Sr. **Rubens Celso Alves Misorelli Filho**, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("Acionistas"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), a reunirem-se, em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2024, em 1ª (primeira) convocação às 10h00min, a ser realizada de modo presencial, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 01, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("Assembleia"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 12, parágrafo segundo do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no interm da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 8 de abril de 2024. **Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho – Diretor Presidente.** (06, 09 e 10/04/2024)

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 08 horas do dia 17 de abril de 2024, na sede da Companhia localizada na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) autorizar a diretoria executiva a contratar financiamento para operação de ACC perante a Instituição Financeira que dispôr das melhores condições, no valor de até USD 10.000.000 (dez milhões de dólares americanos); (ii) autorização da Diretoria Executiva para adotar as providências necessárias relacionadas ao referido contrato, bem como a ratificação de todos os atos praticados inerentes à referida operação. Ribeirão Pires, 08 de abril de 2024. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro – Diretor Presidente; Sandro Morais Nogueira – Diretor Administrativo e Financeiro.** (09, 10 e 11/04/2024)

Indústrias Colombo S.A.

CNPJ/ME nº 45.127.545/0001-00 - NIRE 35300576586

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de março de 2024
1. **Data, hora e local:** Em 15 de Março de 2024 às 10:00 horas, na sede das **Indústrias Colombo S.A. ("Companhia")**, localizada na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Av. Luiz Colombo no 106, Parque Industrial - CEP: 15830-000. 2. **Participantes:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas, dispensando-se, portanto, a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, se, da Lei 6404/76. 3. **Presidente e Secretário:** O Sr. Leonildo Colombo presidiu a Assembleia e o Sr. João Luiz Colombo atuou como secretário. 4. **Ordem do dia:** Deliberar sobre a alienação fiduciária, oneração, hipoteca ou qualquer outra forma de constituição em garantia, do imóvel de propriedade da Companhia, registrado no Segundo Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Catanduva - SP sob as matrículas nº 2.546, 9.064, 9.065 e 16.571 do Livro n. 2 do Registro Geral ("Imóvel MIAC"), em favor do Banco do Brasil S.A., como garantia no âmbito de operações de crédito contraídas pela Companhia, no valor de até R\$ 90.800.000,00 (Noventa milhões e Oitocentos Mil Reais). 5. **Deliberações:** Posta em discussão a matéria constante no item 4 acima nos termos do Artigo 13, (ix) do Estatuto Social, os acionistas presentes deliberam, por unanimidade e sem reservas, aprovar a alienação fiduciária, oneração, hipoteca ou qualquer outra forma de constituição em garantia, a qualquer tempo, do Imóvel MIAC, em favor do Banco do Brasil S.A., como garantia no âmbito de operações de crédito contraídas pela Companhia no valor de até R\$ 90.800.000,00 (Noventa milhões e Oitocentos Mil Reais). Dessa forma, aprovam, também, que a diretoria da Companhia e/ou seus procuradores, a praticar todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária com relação à prestação da garantia mencionada acima, incluindo, sem limitação, a celebração de todos os contratos e documentos necessários para tanto. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e aprovada, vai por todos assinada. Pindorama, 15 de Março de 2024. Declaro que esta ata é cópia fiel da lavrada no livro próprio. Secretário, João Luiz Colombo. JUCESP nº 126.660/24-4 em 22/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Palhações Patrimonial e Participações S.A.

CNPJ/ME 10.570.982/0001-00 - NIRE 35.300.364.201

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de Março de 2024
1. **Data, hora e local:** Aos 08 dias do mês de Março do ano de 2024, às 10:00horas, na sede da Sociedade, localizada na Rua Pascal, nº 1.310, cj. 71, Campo Belo, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04616-004. 2. **Mesa:** Luiz Carlos Dias Fernandes, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.806.888 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 074.512.668-50, residente e domiciliado na Rua 25 de Abril, 4A 1ª Esquerda, Palhações, Sebal - Portugal, CEP-3150-283 como Presidente; e Alexandre Fernandes Adami, brasileiro, casado, médico, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.470.711 e inscrito no CPF/ME sob o nº 354.802.518-80, residente e domiciliado na Rua Fernandes Moreira, nº 1550, bloco B, Condomínio Olímpic, apto. 64, CEP 04716-001, São Paulo/SP, como Secretário. 3. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade, conforme abaixo assinado. 4. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia nos termos do Art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). 5. **Ordem do Dia:** Reuniram-se os Acionistas da Sociedade para examinar, discutir e deliberar sobre (i) aprovar as demonstrações financeiras e as contas da administração da Sociedade relativas a 31.12.2023; (ii) deliberar sobre a distribuição dos lucros apurados no balanço encerrado em 31.12.2023 no valor de R\$ 550.000,00 (Quinhentos e Cinquenta Mil reais); (iii) se aprovadas as matérias acima, autorizar a administração da Sociedade a tomar as providências necessárias para a efetivação do pagamento dos dividendos ora distribuídos. Deliberações: Instalada a presente assembleia e procedida a leitura da Ordem do Dia, por unanimidade de votos dos acionistas são aprovadas as seguintes deliberações: (i) Ficam aprovadas, sem ressalvas, as contas da administração e demonstrações financeiras referentes ao último exercício social da Sociedade, encerrada 31.12.23; (ii) Foi aprovada, também, a distribuição de dividendos apurados com base no balanço encerrado em 31.12.23, no valor total de R\$ 550.000,00 (Quinhentos e Cinquenta mil reais), os quais serão pagos proporcionalmente às participações societárias detidas por cada acionista; (iii) O saldo remanescente dos lucros apurados no período deverá ser destinado a Reserva de Lucros; (iv) Ato contínuo, a administração da Sociedade fica autorizada a tomar as providências necessárias para a efetivação do pagamento dos dividendos ora distribuídos. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém mais desejou fazer uso da palavra, determinou o Sr. Presidente que se lavrasse a presente Ata, a qual, após lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 08 de Março de 2024. **Mesa: Luiz Carlos Dias Fernandes - Presidente da Mesa; Alexandre Fernandes Adami - Secretário da Mesa. Vindima S.A.R.L. - Luiz Carlos Dias Fernandes - p.p. Luiz Carlos Dias Fernandes. Jucesp nº 1.057.602/24-3 em 12/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

Companhia Nitro Química Brasileira

CNPJ/ME nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
Nos termos do Artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, convidamos os Senhores Acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 22 de abril de 2024, às 9h, na sede da Companhia, na Av. Doutor Jose Artur Nova, 951, São Miguel Paulista, São Paulo/SP, com a seguinte Ordem do Dia: (1) Deliberar sobre as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras (DFs) referentes ao exercício social encerrado em 2023; (2) Deliberar sobre a proposta de constituição de reserva de incentivos fiscais à conta do saldo da Reserva de Investimento da Companhia ao final do exercício social de 2023; (3) Deliberar sobre a proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício social encerrado 2023; (4) Deliberar sobre o resultado apurado pela Diretoria a título de EBITDA da Companhia em 2023, nos termos do Estatuto Social; (5) Eleger os Membros do Conselho de Administração; (6) Fixar a Remuneração Global dos administradores da Companhia para o ano de 2024. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, os documentos previstos no art. 133 da Lei 6.404/76. São Paulo, 04 de abril de 2024. **Companhia Nitro Química Brasileira. Lucas Santos Rodas - Presidente do Conselho de Administração.** (09, 10 e 11/04/2024)

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BR SP Participações S.A.					
CNPJ(MF) nº 15.186.274/0001-94					
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO					
Srs. Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2023, permanecemos a disposição para prestar esclarecimentos. São Paulo/SP, 09/04/2024. A Diretoria.					
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31/12/2023 E 2022 (Em R\$ mil)					
BALANÇO PATRIMONIAL					
Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022
Circulante	106.778	150	Salários e obrigações sociais	11	11
Caixa e equivalentes de caixa	106.751	69	Tributos a pagar	540	22
Contas a receber		54	Partes relacionadas	108	59
Despesas antecipadas	27	27	Outros passivos	120	403
Não circulante	231	165.134	Não circulante	901	1.331
Tributos a recuperar	214	200	Tributos diferidos	1	1
Estoques - imóveis a comercializar		163.372	Partes relacionadas		300
Outros ativos		1.537	Parcelamento de tributos	900	1.030
Imobilizado	17	25	Patrimônio líquido	104.453	162.582
Total do ativo	107.009	165.284	Capital social	176.216	176.216
Passivo	2023	2022	Reserva de capital	12.274	12.274
Circulante	1.655	1.372	Prejuízos acumulados	(84.037)	(25.908)
Fornecedores	878	876	Total do passivo e patrimônio líquido	107.009	165.284
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total	
Em 1º de janeiro de 2022	174.216	12.274	(22.254)	164.236	
Aumento de capital	2.000			2.000	
Prejuízo do exercício			(3.654)	(3.654)	
Em 31 de dezembro de 2022	176.216	12.274	(25.908)	162.582	
Prejuízo do exercício			(58.129)	(58.129)	
Em 31 de dezembro de 2023	176.216	12.274	(84.036)	104.453	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					
	2023	2022	2023	2022	
OPERAÇÕES CONTINUADAS			Despesas antecipadas		(1)
Receita operacional líquida	113.817	(4.730)	Tributos a recuperar		(69)
Custo da venda de unidades imobiliárias	(163.468)	5.078	Outros ativos		1.429
LUCRO BRUTO	(49.651)	348	Fornecedores		1
Despesas gerais e administrativas	(8.624)	(4.552)	Tributos diferidos		1
Outros resultados operacionais, líquidos	(1.248)	408	Tributos a pagar		284
Prejuízo operacional	(59.524)	(3.797)	Partes relacionadas		49
Receitas financeiras, líquidas	1.697	219	Parcelamento de tributos		(108)
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(57.827)	(3.578)	Outros passivos		(47)
Imposto de renda e contribuição social	(302)	(77)	Caixa aplicado nas operações	106.997	(4.021)
Prejuízo do exercício	(58.129)	(3.655)	Imposto de renda e contribuição social pagos		(15)
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
	2023	2022	operacionais	106.982 (4.043)	
Fluxos de caixa das ativ. operacionais			Fluxo de caixa atividades de financiamentos		
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(57.826)	(3.577)	Partes relacionadas		(300)
Ajustes de			Aumento de capital		2.000
Depreciação	8	8	Caixa liq. gerado pelas ativ. de	(300)	2.300
Provisão para contingências	(151)	108	financiamento		
Variação do capital circulante			Aumento de caixa e equivalentes, líquidos		106.682 (1.743)
Contas a receber	54	5.049	Caixa e equivalentes, início do exercício	69	1.811
Estoques - imóveis a comercializar	163.372	(5.087)	Caixa e equivalentes, final do exercício	106.751	69
			A Diretoria		
			Albérico D'able Silva - Contador - CRC PE 022257/0-0		

Brasil Cash Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 30.507.541/0001-71 - NIRE 35.300.574.095

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente Edital de Convocação, o Sr. **Maurício Caviglia**, Diretor Presidente da Companhia, nos termos do Artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), **convoca** todos os acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da Companhia, localizada na Alameda Rio Negro, nº 500, sala 402, Torre 2, Condomínio West Towers, Alphaville, Barueri-SP, CEP 06454-000, no próximo dia **17 de abril de 2024, às 10:00**, em 1ª chamada, e às **11:00**, em 2ª chamada, no mesmo dia e endereço, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) consignar a atualização da qualificação da Diretora Jurídica, **Kamila Aparecida Paiva de Menezes Whelehan**, em vista da mudança do seu estado civil e nome; (ii) **alteração** na forma de administração da Companhia; (iii) em se aprovando o item "ii" anterior, nomeação e eleição do Sr. **Fernando Luis Portela de Oliveira** ao cargo de Diretor Financeiro; (iv) em se aprovando o item "ii" e "iii" acima, **alteração** do Artigo 11 do Capítulo IV do Estatuto Social da Companhia; e (v) **aprovação** e **consolidação** do Estatuto Social da Companhia. Barueri-SP, 04 de abril de 2024. **Maurício Caviglia** - Diretor Presidente. (05, 06 e 09/04/2024)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

